

MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA

NATIVE BRAZILIAN SOCIAL MOVEMENT

Kristielen Borges

Acadêmica do 3º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter. Trabalho apresentado para a disciplina de PBL.
kristielendubiella@gmail.com

Ricardo Riffert

Acadêmico do 2º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter. Trabalho apresentado para a disciplina de PBL.
ricardoriffert@gmail.com

Tanilânia Daniel

Acadêmica do 3º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter. Trabalho apresentado para a disciplina de PBL.
lanidaniel1208@gmail.com

Thais Rusczak

Acadêmica do 2º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter. Trabalho apresentado para a disciplina de PBL.
thaisrusczak@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre os movimentos sociais, em especial o Movimento Indígena, compreendendo através do resgate da história, a luta e a organização do movimento mantendo-se e alterando políticas públicas para o acesso ao atendimento dos povos indígenas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos e sites relacionadas ao tema, e a pesquisa de campo a fim de conhecer a realidade dos indígenas. Os temas abordados contextualizam a realidade vivida pelo Índio no Brasil e em especial contrapondo-se em seus interesses difusos às classes dominantes, retirando sua identidade de ligação com a terra, rompendo-se a ligação cultural, trazendo para o conhecimento, a importância de se articular como movimento, para assim se auto-afirmar na sociedade.

Palavras chave: Povos Indígenas; Movimentos sociais; Políticas Públicas;

ABSTRACT

The objective of the following paper is to analyze social movements especially the Native Brazilian Movement. It analyzes history and how policies were established and changed to understand the struggle and organization of the movement. It used a book bibliographical research and a field research in order to know the reality of natives. The topics it addresses, contextualize the Native Brazilian reality against the dominant class interest, which obliterates their nature and cultural connection. The study shows the importance of the movement for the natives to be part of society.

Keywords: Native peoples; Social movements; Public Policies.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos é resultado da pesquisa realizada na disciplina de PBL (Problem Based Learning) no primeiro quadrimestre de 2017 que tinha como tema geral “A construção da identidade dos movimentos sociais”. Pretende-se discutir as questões que afeta as relações sociais e abre o debate, especialmente sobre o movimento social Indígena, suas articulações e agendas para que se repare historicamente o povo Indígena, que ao longo dos anos teve que lutar resistir e se organizar como movimento para garantia a manutenção dos seus direitos.

Realiza-se uma análise dos interesses antagônicos e difusos de uma luta de classes que permeia o sistema político capitalista e o movimento indígena nas suas lutas distintas.

O movimento Indígena surge como forma de resistência às opostas políticas de interesses capitalistas, formando-se um movimento social, para que juntos se mobilizem contra tantos retrocessos impostos historicamente a um povo nato das terras brasileiras. Conforme se observa, a luta de tal movimento constitui numa reparação histórica e a manutenção de poucos direitos adquiridos para que possa se viver com o mínimo de identidade e cultura preservadas.

Atualmente a mídia tem disseminado inúmeras notícias com duplo sentido para manutenção da hegemonia das classes dominantes. Em seus telejornais, revistas, rádios, redes sociais, entre outros, a mídia tanto escrita como falada, tem abordado uma realidade duvidosa, por outro lado observa-se a importância de como o movimento se articula a resistência. Muitas vezes travam batalhas sangrentas, somente para manutenção da posse da terra não demarcada e seus “proprietários” tornando-se uma luta quase que invencível.

Este trabalho discute, além da pesquisa teórica bibliográfica, apresenta também à realidade vivenciada em uma visita de campo a aldeia Araçaí no município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, na qual se pode constatar as mazelas impostas ao povo indígena da aldeia Guarani que ali habitam.

O trabalho pretende apresentar a construção histórica do movimento, suas conquistas e retrocessos trazendo uma leitura crítica da luta contra um sistema opressor de hegemonia das classes dominantes.

DESENVOLVIMENTO

O Movimento Indígena e os primeiros passos políticos

Segundo a revista BBC Brasil, de 24/12/2012 a bancada mais bem representada no parlamento brasileiro é a dos ruralistas, considerado o maior lobby, conforme se vê adiante,

Segundo a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), 120 deputados federais e 13 senadores integram a bancada ruralista, perfazendo 23,4% da Câmara e 16% do Senado. Os dados são próximos dos de levantamento feito em 2011 pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que apontou a existência de 120 deputados e 18 senadores ruralistas. (FELLETT, 2012, s/p)¹

Valendo-se de alianças com outras agremiações partidárias no Congresso Nacional, a fim de promover uma agenda que incluía, entre suas principais bandeiras, o perdão a dívidas de agricultores, a expansão de terras cultiváveis no país e a oposição às demarcações das terras indígenas, são interesses que se contrapõem a representatividade indígena no parlamento brasileiro, que somente uma única vez conseguiu eleger um deputado Federal, o Sr. Mário Juruna, filiado ao partido PDT (Partido Democrático Trabalhista) em 1982. Desta forma, com falta de representatividade política surge à dicotomia além das lacunas insanáveis na legislação especial que *a priori* tutelaria os interesses indígenas.²

O movimento indígena começou a se organizar a partir de 1970, sendo definido por suas lideranças, bem como o conjunto de ideias, estratégias e ações que as comunidades e organizações indígenas desenvolvem em defesa dos seus interesses coletivos. Podemos definir o Movimento Indígena como um movimento social clássico

¹ Revista BBC http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120524_ruralistas_abre_jf.shtml (Acesso em 17/04/17)

²<http://www.gazetadebeirute.com/2013/08/cacique-mario-juruna-deputado-federal.html>

com agenda de interesses e articulações locais, regionais e nacionais em prol da luta comum a todos.

Conforme aponta Gersem dos Santos Luciano ³(2006), o líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que em vez de ser denominado “movimento indígena”, dever-se-ia dizer “índios em movimento”, pois no Brasil não existe um movimento indígena e, sim, muitos movimentos, uma vez que cada aldeia, povo, ou território indígena estabelece e desenvolve seu movimento. O mesmo se confunde com a identidade genérica que costumeiramente foi adotada pelo homem branco – “índio” ou “indígena”- grande equívoco histórico, travado desde as caravelas de Cabral, que – por estratégia de percurso – não chegaram à Índia e sim ao Brasil, adotando assim a esta identidade genérica.

A cidadania diferenciada por etnia deveria garantir direitos universais do cidadão brasileiro ao índio, passando ele a ser um usufrutuário de direitos específicos relativos à sua cultura, tradições, valores, conhecimentos e ritos como se vê adiante.

A outorga da cidadania indígena pela Constituição Federal de 1988 significou, na teoria, a garantia de uma dupla cidadania indígena: etnia indígena e brasileira. Tem-se, assim, uma cidadania diferenciada, cujo respeito às culturas indígenas, por um lado, e a garantia do acesso desses povos ao mundo global, por outro, exigem uma ressignificação prática da própria dimensão do que é ter cidadania “a partir da perspectiva dos índios”. (LUCIANO, 2006, p. 87)

A história do movimento indígena, como um movimento social organizado, começa a se efetivar com a Lei 6001 de 1973⁴, mas não podemos afirmar que tal lei trazia conteúdo relevante aos seus tutelados. O índio era por ela reconhecido como “relativamente incapaz”, ou seja, teria que ser resguardado pelo estado, não era considerado um ser de direito capaz de deveres e obrigações. Para o Estado, o índio era considerado uma coisa, ocupando o espaço transitoriamente, podendo ser extinto seja por força da natureza, força física ou pelos decretos com interesses capitalistas de exterminá-los, como processos forçados de integração e assimilação à sociedade nacional.

³ O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. (2006, pg. 59).

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm

Devemos ressaltar que alguns indígenas hoje se encontram fora de suas aldeias, longe de sua cultura, língua e outras características de sua etnia; seja por força da desapropriação ou mesmo pela escolha em buscar no meio urbano uma nova vida. Luciano (2006)⁵ ressalta que o índio não precisa estar formalmente ligado a uma organização ou aldeia para estar incluído ao movimento indígena: basta que comungue e participe politicamente de aspirações e projetos do interesse do coletivo e comum de sua etnia.

A construção histórica do movimento indígena

Os povos Indígenas historicamente lutaram e lutam pela garantia dos seus direitos, resistindo à violação de seus territórios e a conquista dos mesmos, “a resistência desses grupos era determinada tanto pela especificidade da frente de expansão quanto pela lógica cultural do povo que a sustentava, eram lutas pontuais e isoladas”. (KELEN, 2012, pg. 3)⁶.

O primeiro marco da luta do movimento indígena foi em 1940, no México quando realizado o primeiro Congresso Indigenista Americano (Convenção de Patzcuaro) que objetivava a criação e discussões de políticas que pudessem zelar pelos índios na América⁷.

No Brasil, a construção histórica do movimento Indígena começa quando criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão subordinado pelo Ministério da Agricultura, com a missão de desenvolver trabalhos de acompanhamento e amparo aos povos indígenas brasileiros, em especial do Sul do país. Uma profunda mudança a partir daí ocorre no modo de se pensar a problemática indígena no Brasil, impulsionando a necessidade de proteção do Estado aos povos indígenas contra o seu extermínio, porém

⁵ O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje (2006, pg. 58).

⁶ (Acesso em 17/04/17): <https://pt.scribd.com/doc/87412788/1-MOVIMENTO-INDIGENA#>

⁷ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-55-17-julho-1953-367148-publicacaooriginal-1-pl.html>

ainda, essa problemática girava em torno da “relativa incapacidade dos índios”, razão pela qual eles deveriam ficar sob a “tutela” do Estado⁸.

Essa tutela, exercida pelo Estado assume caráter errôneo, quando foge da necessidade de proteção e assistência social aos índios, sendo apenas entendida como incapacidade civil e intelectual dos mesmos. Segundo Luciano (2006), através de argumentos e justificativas da necessidade de expansão das fronteiras agrícolas para o desenvolvimento econômico do país, inicia-se um processo chamado “integração e assimilação cultural” o qual mascarado apropriava-se das terras indígenas além de os fazerem negarem suas identidades, tendo de viver da maneira que os brancos viviam, deixando assim de serem índios e abrindo espaço para ocupação de suas terras. Provendo apenas assistências mínimas, o SPI continua sob a ótica de incapacidade indígena, através de sua “tutela” abrigando os povos enquanto havia invasão de suas terras.

Segundo aponta Luciano (2006)⁹, a ideia de ter os indígenas como grupos étnicos diferenciados procurava ser extinta por parte do Estado, fazendo-os serem cidadãos comuns (nas condições mais pobres da sociedade brasileira da época). Entre 1960 e 1970, houve diversas tentativas e artimanhas do Estado para se chegar a esta extinção, como a definição de critérios de “indianidade”, que começa a estabelecer quem era mais índio, menos índio e quem deveria deixar de ser índio através de um procedimento administrativo do governo.

Segundo esses critérios, os índios eram classificados segundo o seu grau aparente de contato: índios arredios ou isolados; índios não-aculturados; índios em vias de aculturação; índios aculturados e índios brasileiros integrados, chegando a níveis os quais agentes públicos e intelectuais propuseram e tentaram realizar exames de sangue para definirem o grau de aculturação ou integração dos índios.

A partir daí, inicia-se um novo período,

[...] denominado de Indigenismo não-governamental e teve seu início em 1970, caracterizando-se pela introdução de dois novos atores: a Igreja Católica

⁸ [https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi))

⁹ O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje, (2006, pg. 20)

renovada e as organizações civis ligadas a setores progressistas da Academia (as universidades). (LUCIANO, 2006, pg. 72)

Este que se caracteriza na criação de Pastorais Específicas para se trabalhar com os Indígenas que assumia suas necessidades básicas, e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) aliado do Movimento Indígena, atuava na promoção e defesa de seus direitos, com um caráter político de articulação. Nessa época também surgem algumas ONG's que passaram a ser protagonistas da questão Indígena, assumindo obrigações que antes eram do órgão a qual eram tutelados (o Estado), como: OPAN (Operação Amazônia Nativa); CTI (Centro de Trabalho Indigenista); CCPY (Comissão Pró-Yanomami); ISA (Instituto Socioambiental); GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico); ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista)¹⁰.

As datas entre 1980 á 1988 foram marcadas por pequenas a grandes mobilizações Indígenas, estes que começaram a se juntar em prol de seus direitos (em principal seu direito a terra), essas mobilizações foram um grande impulso para as conquistas da Constituinte de 1988.

Conforme o Luciano (2006), o terceiro e último período, denominado de Indigenismo Governamental Contemporâneo – pós 1988, teve uma ampliação na relação do Estado com os Povos Indígenas, através da atuação de outros ministérios na questão Indígena (deixando a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que até então era órgão titular absoluto, de ser responsável por todos os assuntos Indígenas), como exemplo, a Saúde que passa a ser responsabilidade do Ministério da Saúde e a Educação do Ministério da Educação. A partir dessa nova configuração, e articulação dos órgãos do governo, foi possível a criação de novas Políticas Públicas destinadas aos Povos Indígenas. Porém, segundo Luciano,

[...] o fato marcante desse período foi a superação teórico-jurídica do princípio da tutela dos povos indígenas por parte do Estado brasileiro (entendida como incapacidade indígena) e o reconhecimento da diversidade cultural e da organização política dos índios. (LUCIANO, 2006, pg.74)

¹⁰O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje, (2006, pg. 73).
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>

Apesar dessa superação como o autor cita, ela é teórica, pois na prática a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ainda atua a partir do paradigma de tutela e não reconhece as organizações Indígenas como independentes, legítimas e interlocutoras dos Povos Indígenas. Também no âmbito das Políticas Públicas, onde as decisões e execuções são feitas com pouca participação Indígena.

Entretanto, outro fato marcante da época, conseguiu dar abertura política para os Indígenas, com processo de redemocratização do País, os Indígenas começaram a fazer parte dos debates Nacionais, e também nas decisões de Políticas Públicas.

PESQUISA DE CAMPO – conhecendo uma aldeia Indígena.

Com base na pesquisa teórico-bibliográfica, que nos possibilitou a discussão da teoria referente aos movimentos sociais, em especial o movimento indígena, buscou-se desenvolver a pesquisa de campo, como forma de identificar *em loco* o que estávamos estudando na teoria. Para organizar a pesquisa de campo, optou-se por um roteiro de questões semiestruturadas, onde possibilitou um direcionamento da entrevista e com base nas respostas e nas observações dos pesquisadores, no qual relata-se a seguir os pontos relevantes do trabalho de campo.

Como ponto inicial da pesquisa de campo, foi realizada uma visita na Aldeia Araçá localizada na cidade de Piraquara, cerca de 50 quilômetros de Curitiba. Para realização da visita, foi contatado o responsável pela aldeia, o Cacique Marcolino e com o dia e horário acertado, fomos até a aldeia para conhecer e conversar com os moradores. Como o Cacique Marcolino não se encontrava no dia como havíamos agendado, aproveitamos para conversar com vários outros moradores da aldeia.

A aldeia conta atualmente com cerca de noventa habitantes da etnia Guarani, aproximadamente quinze famílias, que anteriormente tinham sua localidade no interior do Estado do Paraná e foram deslocados para este espaço. A terra a qual ocupam hoje, não é efetivamente homologada pelo governo federal, encontra-se em processo de estudo, pois é uma área de preservação ambiental (APA), que os impedem de cultivar o

próprio alimento. Fato este observado na visita realizada, em que comerciantes das cidades próximas deslocam-se até a Aldeia para comercializar frutas e legumes, alimentos que poderiam ser plantados e cultivados em suas próprias terras, o que mostra a face real do Capitalismo e o déficit da garantia de direitos Indígenas.

A aldeia conta com equipamentos que operacionalizam as políticas públicas direcionadas aos Indígenas, em especial contam com uma estrutura de Escola para atender as crianças da aldeia e uma Unidade Básica de Saúde (UBAS). A Educação ocorre do primeiro ao nono ano, nela professores, voluntários de fora da tribo atuam na formação dos nativos, essa formação conta também com o ensino de sua língua nativa. Os estudantes participam ativamente de manifestações, reivindicando, juntamente com seus professores, estes que incentivam a importância de sua militância, através de mobilizações, construindo uma identidade de luta Indígena. Para as crianças e jovens que já concluíram o ensino fundamental na aldeia, o governo municipal disponibiliza o transporte até a cidade mais próxima, para que os estudantes que já passaram para o ensino médio possam continuar seus estudos.

Na área de saúde contam com a Unidade Básica de Saúde (UBS), a qual tem seu funcionamento de segunda à sexta-feira, no entanto, mantêm sua tradição de partos naturais, quando as mulheres da aldeia engravidam, bem como seus rituais de cura, com seus chás e ervas naturais.

Dentre outros pontos, como forma de manter sua cultura, foi possível observar que entre si, os indígenas usam sua língua materna, se ocupam de seus artesanatos e também sua casa de reza permanece em constante atividade, na qual são realizados os batismos, rituais de cura, entre outros rituais.

A estrutura da Aldeia conta com alguns problemas por eles citados, como a falta de saneamento básico, a localidade da Aldeia e as estruturas precárias de suas casas, enfrentando problemas em relação ao frio e as chuvas.

Após visita realizada, foi possível observar na realidade cotidiana por eles vivida, a aproximação entre teoria e prática, em suma, a realidade expressa das questões sociais e da conjuntura histórica capitalista que também é uma conjuntura atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo e da pesquisa a campo realizada, conseguimos nos aproximar e compreender como se organiza o movimento Indígena em sua totalidade, ou seja, a definição do movimento, sua formação histórica, sua identidade, suas conquistas e retrocessos. Percebemos claramente sua luta e suas dificuldades em se tornar vigentes e efetivos seus direitos na prática, pois, desde os primórdios do descobrimento o índio, sua cultura e costumes não foram respeitados, e sim constantemente oprimidos.

Atualmente podemos observar que a história se repete, ou continua a mesma, o sistema capitalista vigente busca a inserção do indígena em sua economia, visto um exemplo claro dessa dicotomia de classes na pesquisa a campo, ao qual foi observado que se comercializava na Aldeia alimentos que poderiam ser cultivados em suas terras, assim mantendo a ligação Cultural do Índio com a terra, porém, observa-se claramente a inserção do sistema capitalismo dentro da mesma. Desta maneira, os Índios encontram-se em situação de vulnerabilidade, pois o sistema dominante sempre atendera os interesses das capitalistas classes, como por exemplo, os agropecuaristas que além de dominar suas terras, contam com a estrutura da representatividade parlamentar.

A necessidade de se manter o Movimento Indígena é a clara luta da identidade cultural, para isso, se travam lutas diárias como forma de resistência e manutenção de se viver como Índio no Brasil. A luta de quinhentos anos é ainda atual e a mesma que começou com a chegada dos brancos ao Brasil.

REFERÊNCIAS

FELLET, João. **Maior lobby no Congresso, ruralistas controlam 1/4 da Câmara** Revista BBC http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120524_ruralistas_abre_jf.shtml - Acesso em 17/04/17

Fundação Nacional do Índio <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/2013-11-18-18-03-14> - Acesso em 21/04/17

Fundação Nacional do Índio, Terras indígenas: o que é?

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas> -

Acesso em 17/04/17

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília, 2006.

SANTOS, Gleissi Kelen. **Movimentos sociais**

<https://pt.scribd.com/doc/87412788/1-MOVIMENTO-INDIGENA#> Acesso em 17/04/17.